Capítulo 06

BEEF REPORT 2023

Perfil da Pecuária no Brasil

Realização

Brazilian Beef

abiec
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
Brazilian Beef Exporters Association

Promoção

apexBrasil

CAPÍTULOS

1 Mercado Externo Brasileiro

2 Indústria

3 A pecuária Mundial

4 A pecuária do Brasil

5 Quantificação da Cadeia

6 Sustentabilidade

7 Retrospectiva e projeções da pecuária

8 Sanidade

PALAVRA DO PRESIDENTE

Antonio Jorge Camardelli
Presidente da Associação Brasileira
das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) apresenta a nova edição do BEEF REPORT 2023.

Nosso trabalho deriva de uma base sólida de informações de inteligência de mercado e análises de toda a cadeia produtiva, que vem se aprimorando nos últimos anos.

Nesta edição, alteramos a maneira de divulgação do material. Serão 8 capítulos publicados ao longo do primeiro semestre de 2023, formando, ao seu término, um único documento.

A pandemia causada pela covid-19 recuou, mas deixou sequelas como a inflação elevada e ainda interrupções de atividades em países como a China. Além disso, a guerra na Ucrânia se prolongou e tudo levava a um quadro de menor projeção de crescimento no mundo para 2022.

Mesmo com as incertezas e turbulências, o mercado internacional de carne bovina se apresentou bastante positivo ao longo de 2022.

Muitos desafios foram superados e o Brasil segue seu compromisso de fornecedor de alimento com segurança e qualidade, atendendo os consumidores brasileiros e de centenas de países.

O Brasil é o maior fornecedor de carne do mundo e tem representado o seu importante papel na segurança alimentar, garantindo carne bovina de qualidade, produzida com os mais rigorosos padrões sanitários para todo mundo. Fruto de um exercício de melhoria contínua envolvendo milhares de profissionais em todos os elos do setor.

Diante deste cenário, apresentamos o BEEF REPORT 2023.

SUSTENTABILIDADE

abiec

INTRODUÇÃO E POSICIONAMENTO

Pesquisa, tecnologia e inovação, são os fatores que mais contribuem para que a pecuária brasileira possa continuar aumentando sua eficiência para atender a uma demanda global crescente, e fazer isso de forma sustentável, mitigando mudanças climáticas e conservando a biodiversidade.

O Brasil tornou-se **o segundo maior produtor, e o maior exportador de carne bovina do mundo**. Esta posição é fruto de uma série de condições que foram construídas durante um longo período. Entre essas destacamos: as condições naturais do país em termos de disponibilidade de terras agrícolas, água e luz solar, o crescimento de um rebanho baseado em uma matriz zebuína adaptada às condições brasileiras e o uso de gramíneas tropicais como pasto, a evolução das tecnologias voltadas à produção em ambiente tropical, pecuaristas empreendedores, a evolução dos controles sanitários no país e um

parque industrial moderno e preparado para atender às demandas de diferentes mercados.

Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nation* (FAO), **cerca de 1,3 bilhão de pessoas tem suas vidas sustentadas pela produção animal**, e as proteínas constituem parte fundamental de dietas saudáveis para pessoas em todo o mundo. Em 2022, o número de pessoas que enfrentavam a fome no mundo era estimado entre 691 e 783 milhões. A insegurança alimentar atinge, hoje, 900 milhões de pessoas globalmente. Até 2050, com o crescimento populacional teremos 2 bilhões de habitantes a mais no mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Mas considerando a expansão de atividades agropecuárias sobre ecossistemas naturais e seu papel nas emissões de gases de efeito estufa, **é um desafio global conciliar a agenda de segurança alimentar com a mitigação de mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade**. Com o crescimento da demanda global por proteína, é justa a preocupação da sociedade em relação aos impactos ambientais que este aumento de demanda pode representar.

Como principal entidade representante da indústria da carne bovina no Brasil, nosso posicionamento em relação à sustentabilidade do sistema agroindustrial da carne pode ser sumarizado nos seguintes pontos:

1. Carne bovina é uma **fonte nutricional essencial para dietas saudáveis**. Há uma demanda crescente por proteínas impulsionada pelo crescimento em população e renda especialmente em países emergentes. É possível para o Brasil atender à demanda doméstica e global por proteína bovina de forma sustentável, preservando a biodiversidade e contribuindo para a mitigação de mudanças climáticas, e para a segurança alimentar global;

2. A pecuária brasileira tem aumentado sua eficiência nas últimas décadas **ampliando a produção de carne por animal e por área**. Estamos produzindo mais usando menos recursos naturais e reduzindo emissões a cada quilo de carne produzida, graças ao uso de tecnologia, boas práticas e técnicas de agricultura de baixo carbono como a restauração de pastagens e a integração lavoura pecuária floresta (ILPF);

3. Entendemos o mercado como um grande motor de eficiência na produção pecuária, e **nossos ganhos em produtividade refletem o incentivo promovido por este mercado na produção**. Restringir acesso a mercados representa também uma barreira à melhoria contínua no setor;

4. Apesar de toda a evolução dos últimos anos, ainda há uma grande lacuna de produtividade na pecuária, o que permite afirmar que **podemos aumentar mais a produção de carne bovina sem a necessidade de expansão**

da atividade em novas áreas. Reduzir esta lacuna implica em direcionar investimentos e assistência técnica para produtores na base da pirâmide;

5. O Brasil tem um arcabouço de políticas públicas robusto para atingir o objetivo de uma **produção sustentável**. Entre estas políticas destacamos os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazonia e no Cerrado - PPCDAM e PPCerrado, o Código Florestal Brasileiro e o Plano de Agricultura de Baixo Carbono – ABC+. A ABIEC apoia firmemente a implementação destas políticas incluindo o **objetivo de zerar o desmatamento até 2030** previsto nos compromissos brasileiros;

6. Criar **mecanismos de incentivo** para apoiar as boas práticas agropecuárias, a conservação de vegetação nativa e o pagamento por serviços ambientais deve estar no foco da cooperação internacional e das parcerias público privadas;

7. O avanço da pecuária no território brasileiro é fruto de um processo histórico de ocupação territorial e expansão de fronteiras planejado e incentivado por sucessivos governos desde a década de 70 a partir de grandes projetos de infraestrutura e colonização, o que levou em um passado recente, a abertura de novas áreas para produção agropecuária no país. No entanto, hoje, o desmatamento que ocorre no Brasil é predominantemente ilegal. Em 2022, cerca de 75% deste desmatamento na Amazônia ocorreu em áreas públicas, e apenas 25% em áreas privadas. Desde 2009, nossas empresas na Amazônia têm compromissos públicos e investem pesadamente em

sistemas que usam **geotecnologia e inteligência artificial para monitorar critérios socioambientais na originação de animais na Amazôni**a, incluindo desmatamento ilegal, regularização ambiental e o respeito a territórios indígenas. Atualmente, este controle é feito nos fornecedores diretos de gado aos frigoríficos, em parcerias com o terceiro setor e o Ministério Público Federal;

8. O monitoramento dos demais elos da cadeira produtiva é o grande desafio setorial, que vem sendo enfrentado pela indústria com investimentos em tecnologia e engajamento com os produtores. O Brasil tem um **sistema de rastreabilidade baseado no controle de trânsito de animais construído, como parte de um sistema de defesa agropecuária para fins de controle sanitário**. Este sistema garante o acesso da carne brasileira a mais de 150 mercados globalmente. O uso do sistema de rastreabilidade para fins de controle socioambiental em toda a cadeia, incluindo fornecedores indiretos, implica em aprimoramentos que estão sendo construídos em um diálogo entre o setor e o governo brasileiro. Entre estes aprimoramentos está a integração de bases de dados públicas de controle sanitário e trânsito de animais e de informações ambientais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR);

9. Como uma **Associação que representa hoje 80% dos abates e 98% das exportações**, estamos atuando para atingir uma cadeia de produção livre de ilegalidades, unindo esforços públicos e privados com este objetivo, de forma inclusiva e contínua.

Ao longo deste capítulo, vamos trazer dados e informações que ajudam a embasar este posicionamento e a entender o real cenário brasileiro em relação à sustentabilidade de sua produção.

CONTEXTO HISTÓRICO DA PECUÁRIA NO BRASIL

A pecuária no Brasil teve seu início no século XVI. Para evitar interferências com a produção de cana de açúcar na região nordeste do Brasil colônia, os pecuaristas decidiram estabelecer suas atividades no interior do território, afastando-se das áreas litorâneas. Essa estratégia permitiu que a criação de gado se expandisse pelo interior do país, seguindo o curso dos rios.

A partir do século XIX, a região sul do Brasil, com clima temperado e campos naturais, se tornaria o grande polo de produção de gado. Ali nasceram as charqueadas, centros de produção de carne salgada e couro que abasteciam o resto do país.

Foi no início do século XX que o gado zebuíno foi introduzido no Brasil, trazido da Índia por pioneiros no estado de Minas Gerais. A partir disso, temos a expansão do rebanho que acompanha um processo de ocupação territorial que é estimulado pelo Estado e acelera-se a partir dos anos 60. Por meio de obras de infraestrutura e programas de incentivo à ocupação do Centro Oeste e do Norte do país, os brasileiros foram convocados a ocupar e desenvolver a região. Essa iniciativa desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da pecuária e na promoção do crescimento da atividade nessas regiões. **A ABIEC está ciente da importância histórica e atual do setor pecuário e está comprometida em apoiar e promover seu contínuo desenvolvimento sustentável.**

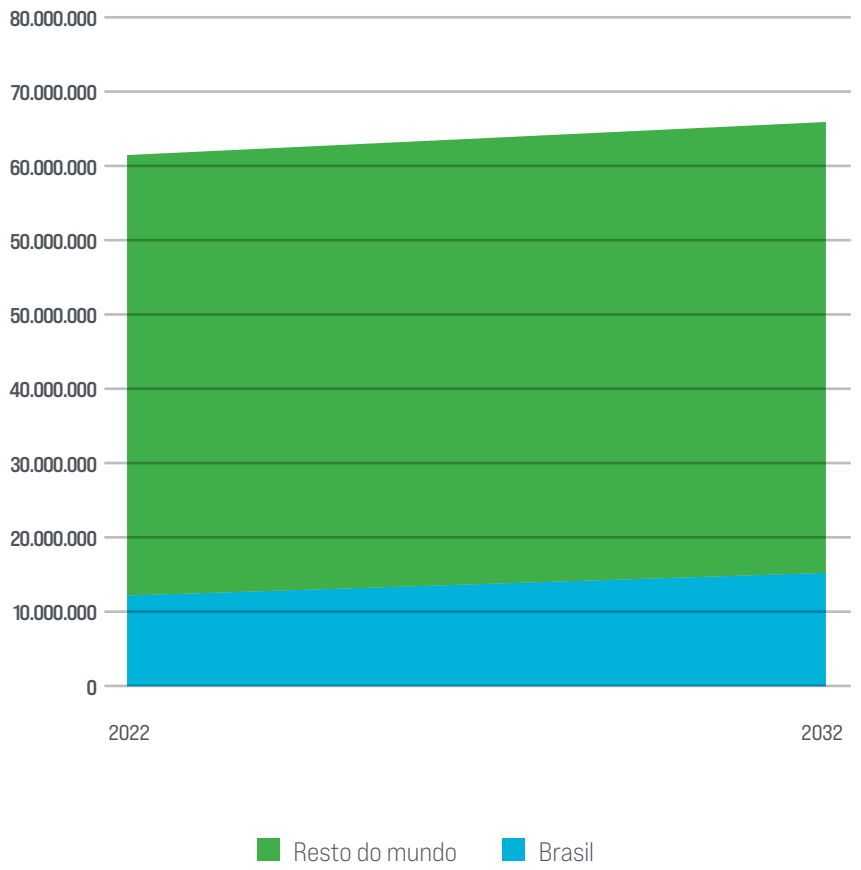
AUMENTO NA DEMANDA MUNDIAL/PAPEL PROTEÍNAS

Segundo o *Agricultural Outlook* produzido pela FAO e OCDE, **o consumo global de carne bovina está projetado para alcançar 51 milhões de toneladas na próxima década**. O consumo per capita global oscilou em torno de 6kg pela última década e tende a se manter estável na próxima. Enquanto na maioria das regiões ele tende a reduzir-se ligeiramente, na região da Ásia-Pacífico, ele deve aumentar em 0,4kg per capita por ano nos próximos dez anos. Na China, especificamente, deve aumentar o dobro disso, ou seja, 0,8kg per capita por ano, o que se deve sobretudo pelo aumento da classe média chinesa.

Em resposta, **a produção de carne bovina deve aumentar em 9% e contribuir com 16% do aumento na produção global de carnes até 2032**. Em geral, a FAO prevê que este aumento venha principalmente por um rendimento melhor, ou seja, uma produção de mais carne por animal devido ao uso de tecnologia, melhor genética e suplementação alimentar.

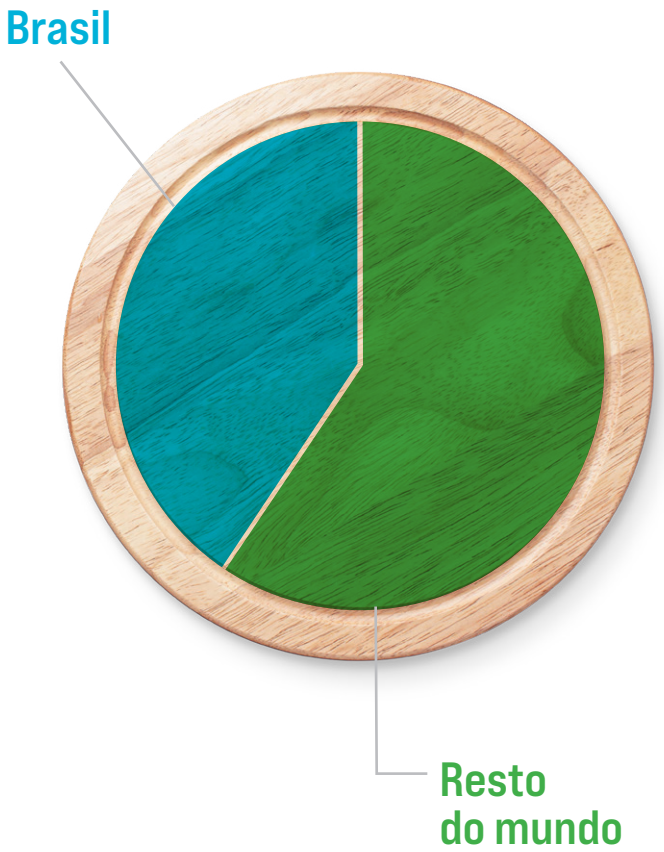
A América Latina em geral, e o Brasil em particular, é a região com maior capacidade para atender essa demanda crescente.

Produção de carne bovina no mundo em 2022 e estimativa para 2032, em TEC



Fonte: OECD / Athenagro

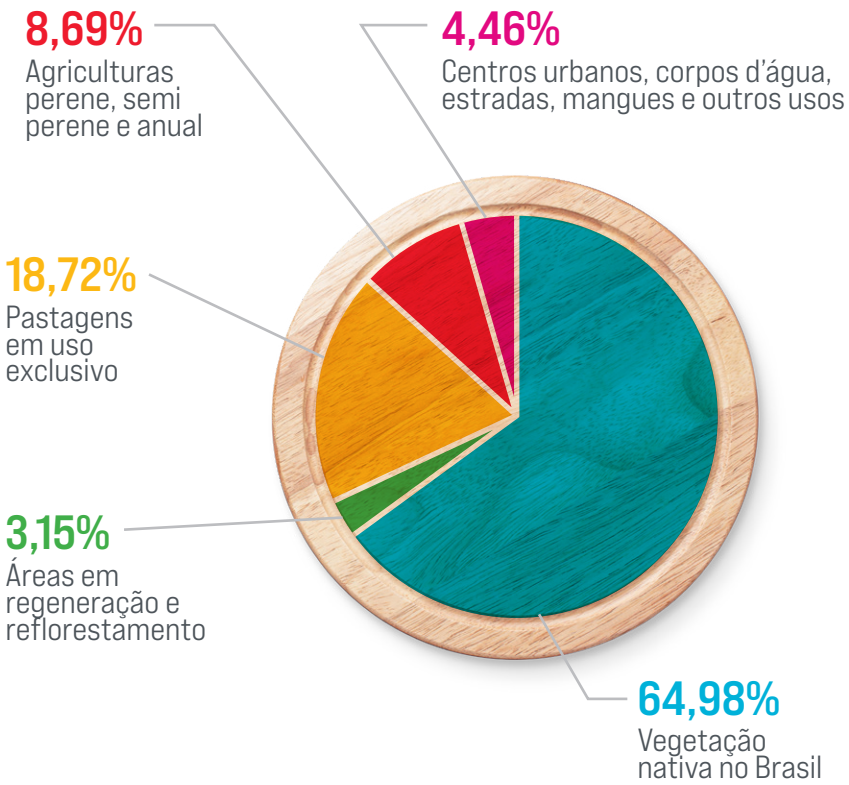
De onde virá o aumento da produção de carne bovina nos próximos 10 anos



Fonte: OECD / Athenagro

USO DA TERRA NO BRASIL

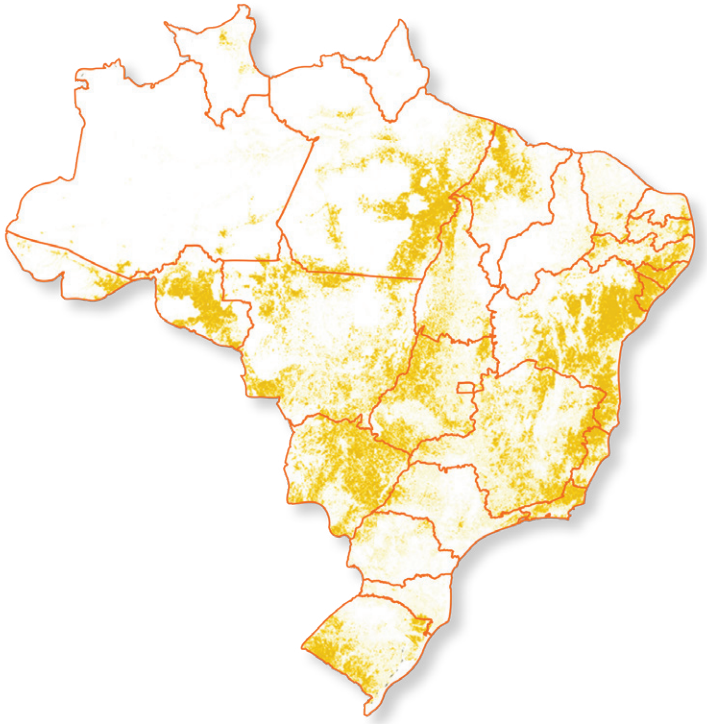
Organização do uso da terra no Brasil, em 2022



Fonte: Athenagro, dados BGE (PPM, PAM, Censo) , INPE (Terraclass. Prodes), Lapig, Rally da Pecuária, Embrapa

Cerca de **18,72%** é a área do país de pastagens, usadas para a produção pecuária.

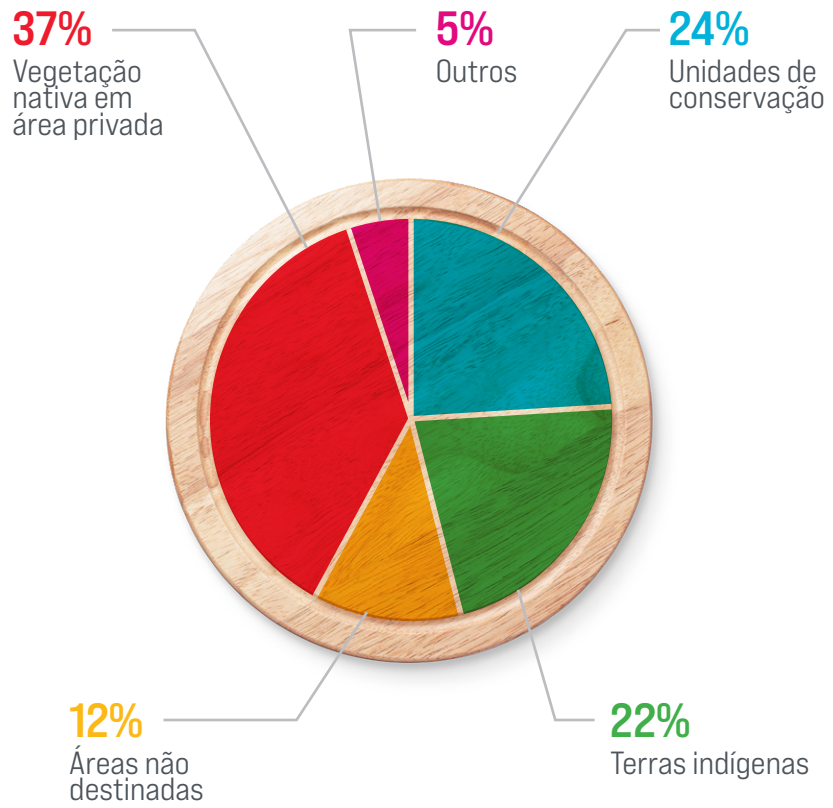
O mapa a seguir mostra a distribuição destas áreas de pastagens pelo país:



Fonte: LAPIG

Cerca de 65% do país ainda é coberto com vegetação nativa. Outros 3,15% são áreas onde houve desmatamento, mas onde a vegetação está em regeneração ou sendo reflorestada.

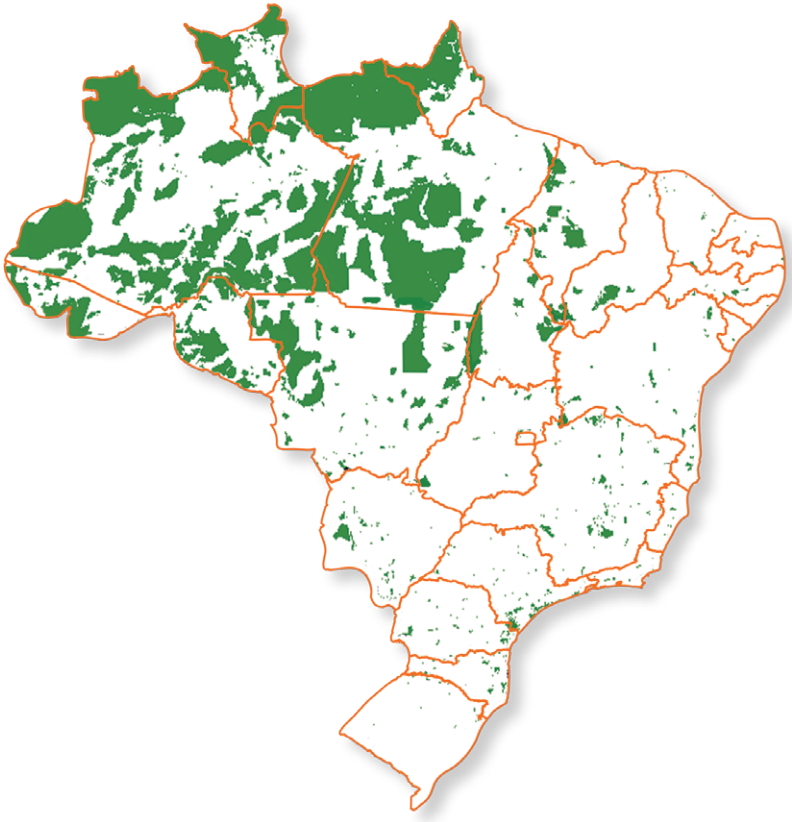
Localização da vegetação nativa conforme as categorias fundiárias no Brasil



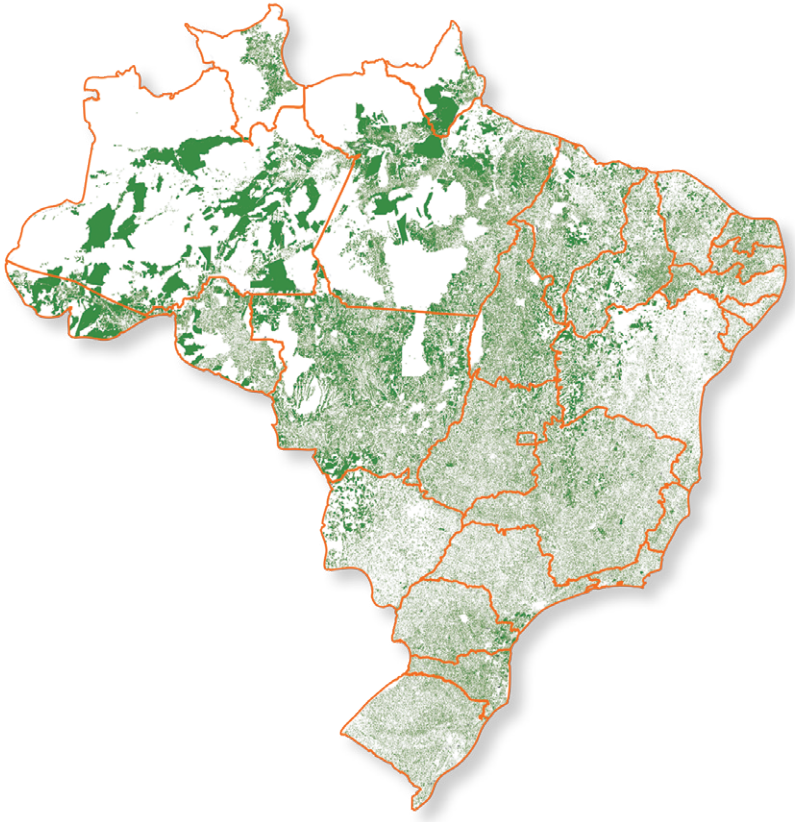
Parte dessa vegetação está em áreas protegidas como Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. Uma parte está em terras públicas não destinadas. E 37% está em terras privadas. Nas áreas privadas, a legislação brasileira de proteção à vegetação nativa conhecida como Código Florestal, exige que proprietários de terras destinem parte de suas propriedades para a conservação.

Fonte: Agroicone based on data from IBGE (2017) and Projeto MapBiomas (2021).

Áreas dedicadas a proteção e preservação da vegetação nativa do Brasil



Áreas protegidas
(terras públicas)



Áreas preservadas
(terras privadas)

Fonte: Embrapa Terrirorial, 2021

O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO E O CAR

A Lei 12.651 aprovada em 2012 e conhecida como Código Florestal, estipula que propriedades rurais devem conservar vegetação nativa através de dois mecanismos:

Áreas de Reserva Legal (RL), são um percentual da área da propriedade a ser mantida como vegetação nativa. Esse percentual varia de 80 a 50% na Amazônia (dependendo do ano de ocupação), 35% no Cerrado, inclusive dentro da Amazônia Legal, e 20% nos demais biomas do país.

Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas a serem conservadas nas propriedades com o objetivo de proteção de recursos hídricos.

São áreas no entorno de nascentes de rios, cursos d'água (de 5 a 500 metros) e encostas e topos de morros que devem ser permanentemente cobertos por vegetação natural.

Para cumprir com a legislação, toda propriedade rural deve fazer o seu Cadastro Ambiental Rural – CAR. O CAR contém o perímetro georreferenciado da propriedade e os remanescentes de vegetação nativa. Após análise, o órgão responsável em cada Estado valida este cadastro. Os produtores que estiverem passivos em relação ao exigido pela legislação devem, então, elaborar um Programa de Recuperação Ambiental – PRA, prevendo a restauração ou compensação de áreas de vegetação necessárias para sua regularização.

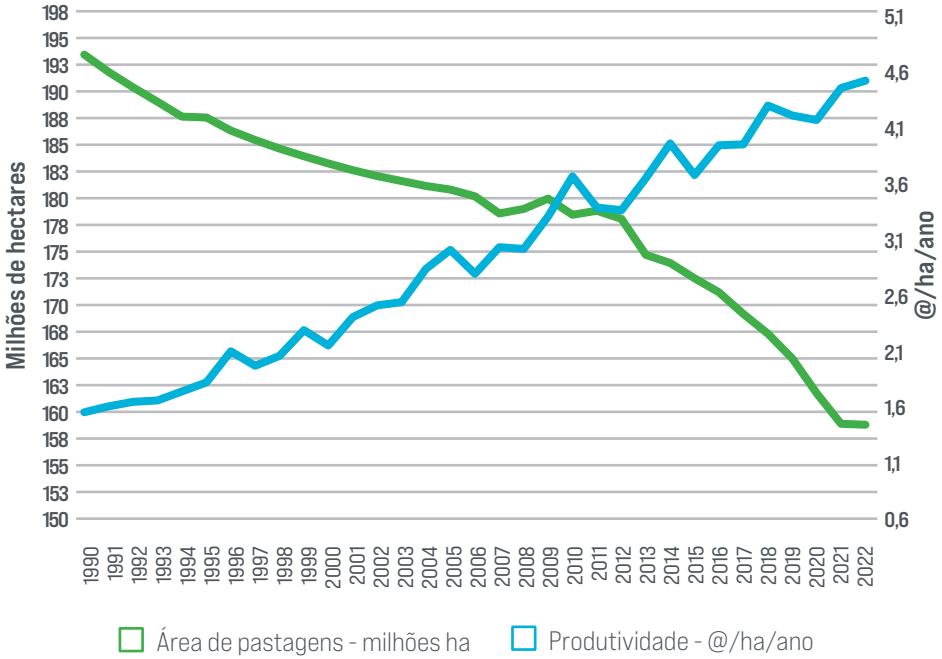
Mais informações:
www.car.gov.br

EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, observou-se um aumento significativo na eficiência da atividade pecuária, com um **aumento de 183% na produtividade**.

Ao mesmo tempo, a **área de pastagens utilizada diminuiu em 18%**, alcançando cerca de 160 milhões de hectares em 2022.

Evolução da área de pastagem e produtividade pecuária no Brasil



Fonte: Athenagro, dados IBGE (PPM, PPT, PAM, Censo) , INPE (Terraclass/Prodes), Lapig, Rally da Pecuária, Embrapa

Antigas áreas de pastagens acabam sendo destinadas para outros usos principalmente na agricultura, em culturas como grãos, cana de açúcar e florestas plantadas. Nos últimos 30 anos, cerca de 25,1 milhões de hectares de pastagens foram transformados em agricultura e outras atividades, segundo a consultoria Athenagro. Ao mesmo tempo, a produção de carne no Brasil continua subindo.

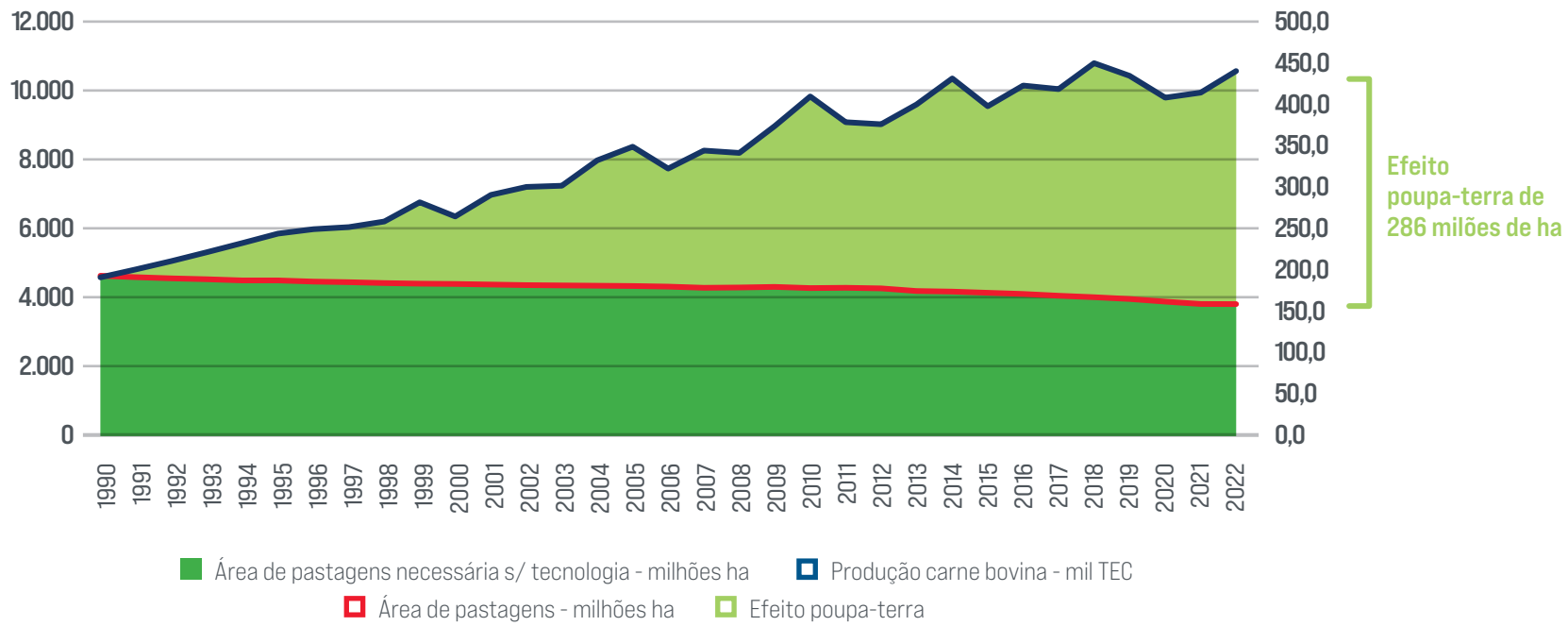
Isso é explicado pelo **aumento do uso de tecnologia na pecuária**. Práticas como manejo e recuperação de pastagens, integração lavoura pecuária floresta (ILPF) permitem que mais animais sejam produzidos na mesma unidade de área. Outras tecnologias como melhoramento genético, suplementação nutricional, práticas de bem-estar e saúde animal permitem que se produza mais carne por animal.

Efeito poupa-terra

Chama-se de efeito poupa-terra, conceito criado pela Embrapa no Brasil, o efeito gerado pela aplicação de tecnologia na redução de demanda por novas áreas para a produção.

Se o Brasil produzisse carne hoje com a mesma tecnologia de 30 anos atrás, precisaríamos de uma ocupação de 286 milhões de hectares adicionais do país com pecuária para ter a produção atual de carne bovina. O uso de tecnologia evitou que isso fosse necessário.

Efeito poupa-terra - quanto de área de pastagem precisaríamos para produzir a mesma quantidade de carne bovina considerando a tecnologia de 30 anos atrás.

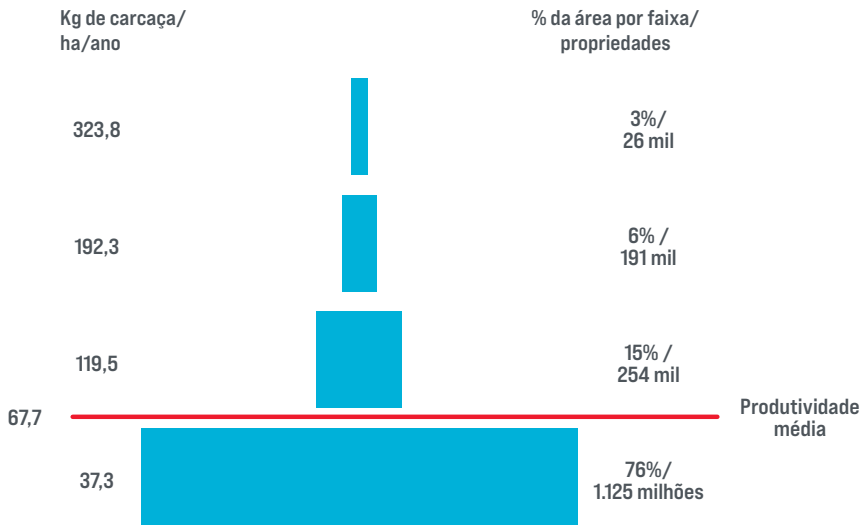


Fonte: Athenagro, dados IBGE (PPM, PPT, PAM, Censo) , INPE (Terraclass/Prodes), Lapig, Rally da Pecuária, Embrapa

Ainda assim, há um potencial muito grande para que o Brasil aumente ainda mais sua produção, sem necessidade de aumento de área.

Observe no diagrama abaixo, os diferentes níveis de tecnologia que encontramos hoje na pecuária brasileira:

Número de propriedades por nível de produtividade



Fonte: Athenagro, com base em dados do IBGE e Rally da Pecuária

A **produtividade média da pecuária brasileira é de 67,7 kg de carcaça por hectare/ano**. Essa é uma medida importante para avaliar a eficiência do setor.

Observe que a produção está abaixo dessa média em 76% da área total de pastagens hoje no Brasil. Se toda essa área tivesse o mesmo nível de tecnologia do topo da pirâmide, o Brasil sozinho poderia suprir cerca de 68,61% da demanda global por carne bovina. Ou seja, **temos como produzir muito mais, sem nenhuma necessidade de expandir a área usada pela pecuária**.

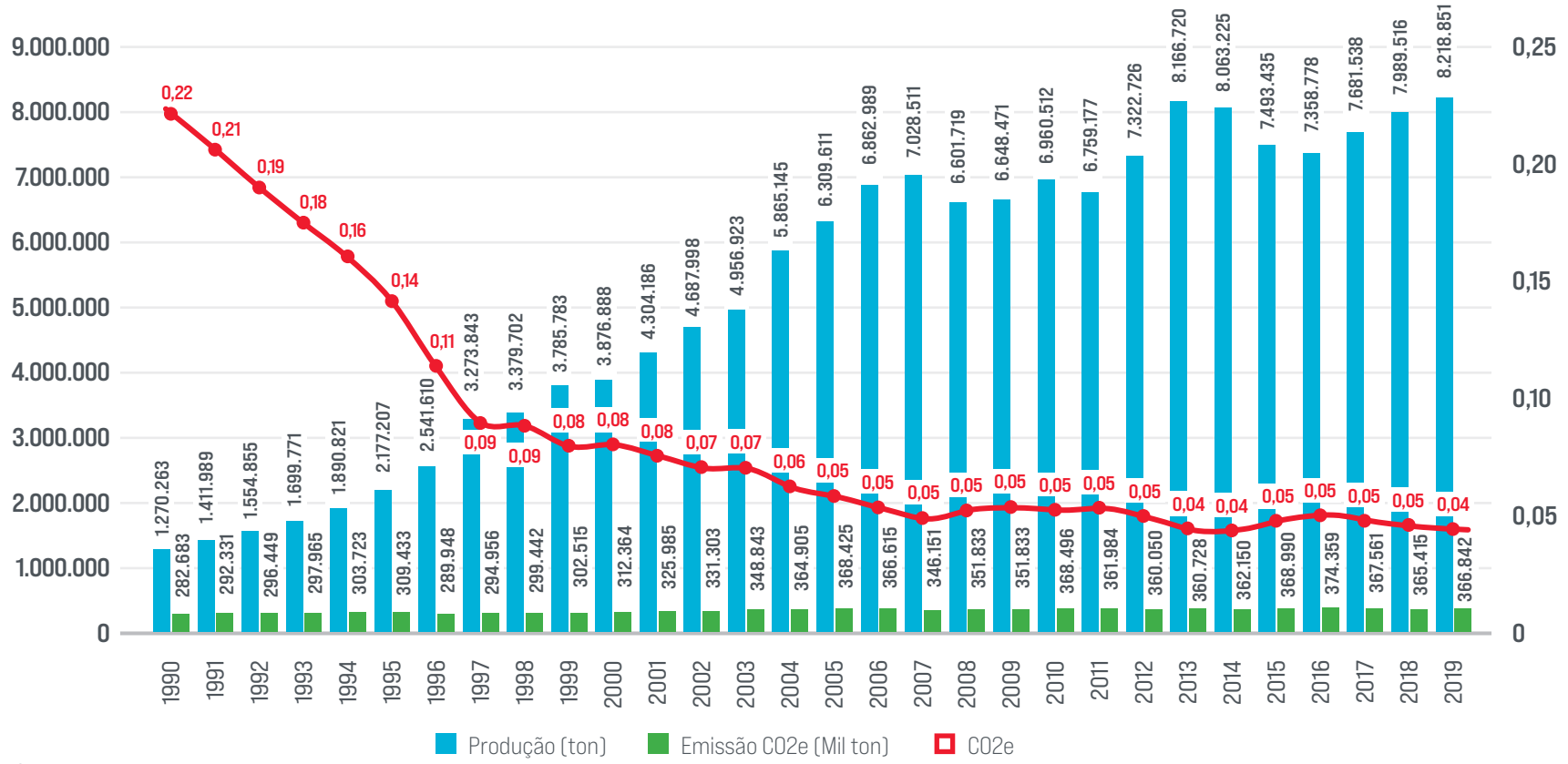
Para que isso aconteça, é preciso que produtores na base da pirâmide tenham mais acesso a investimentos e assistência técnica para a adoção de novas tecnologias.

EMISSÕES

No inventário brasileiro de emissões, a fermentação entérica na pecuária responde por 17% do total de emissões.

No entanto, a ampliação do uso de tecnologias permitiu que **o ciclo de vida dos animais para abate ficasse mais curto ao longo dos anos**. O efeito disso pode ser notado quando vemos a curva descendente de emissões da pecuária por kg de carne produzida:

Emissões por tonelada de carne produzida



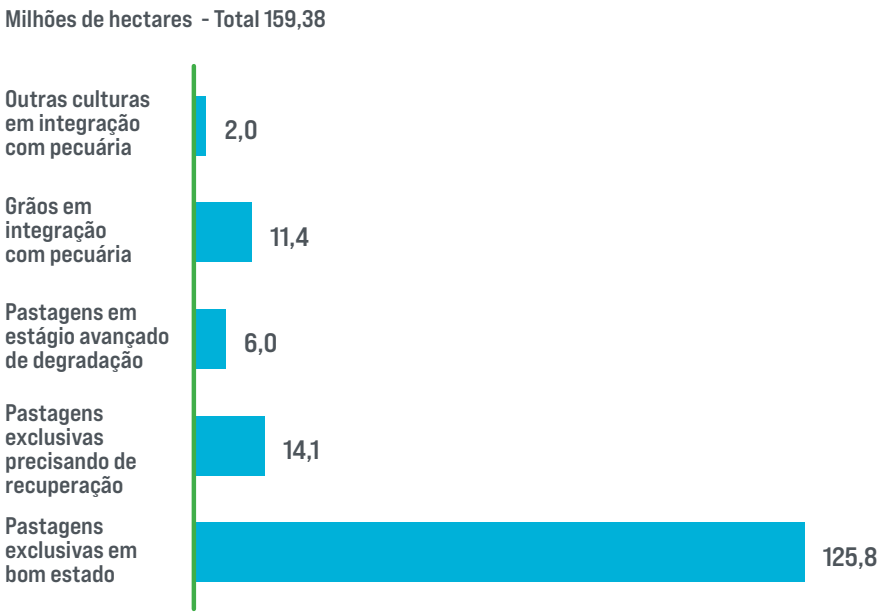
Fonte: SEEG

Mas é importante notar que a base da produção pecuária brasileira é o pasto. Pastagens bem manejadas tem o potencial de sequestrar carbono no solo. O trabalho de Oliveira Silva, et al., 2016, demonstra que **é possível que a pecuária brasileira possa aumentar sua produção e ao mesmo tempo reduzir emissões**, desde que dissociada do desmatamento.

Técnicas de **produção agropecuária de baixo carbono** fazem parte da política pública conhecida como **Plano ABC+**, que está assim como o controle do desmatamento, no centro dos compromissos climáticos brasileiros.

Recuperação de pastos degradados é um dos focos da política do Plano ABC desde sua primeira edição. Segundo números da Athenagro, 14,1 milhões de hectares de pastagem precisam de recuperação e mais 6 milhões de hectares já estão em níveis avançados de degradação.

Detalhamento das áreas de pastagens no Brasil, em milhões de hectares



Fonte: Athenagro, dados IBGE (PPM, PAM, Censo) , INPE (Terraclass, Prodes), Lapig, Rally da Pecuária, Embrapa

O PLANO ABC+

Apresentado na COP15, que ocorreu em 2009 em Copenhague, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) possui metas contabilizadas de 10 em 10 anos para melhoria da agricultura brasileira como um todo. É o único plano setorial de mitigação dos gases de efeito estufa no planeta.

Focando mais nas conquistas da pecuária com o Plano ABC, seguem alguns números:

- A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), tinha como objetivo nos primeiros 10 anos (2010-2020) do plano estimular a implementação de 4 milhões de ha de ILPF. Foi alcançado 5,83 milhões de ha (146% da meta), com uma mitigação aproximada de 22,11 milhões de Mg CO2 Eq.

  Na década de 2020- 2030 o objetivo é a implantação de 10 milhões de ha, alcançando redução de emissões de até 34,11 milhões de toneladas de CO2eq.

- A Recuperação de pastagens degradadas, tinha como meta a recuperação de 15 milhões de hectares em 10 anos. Entre 2010 e 2020 foram recuperados 26,8 milhões de há (178% do objetivo).

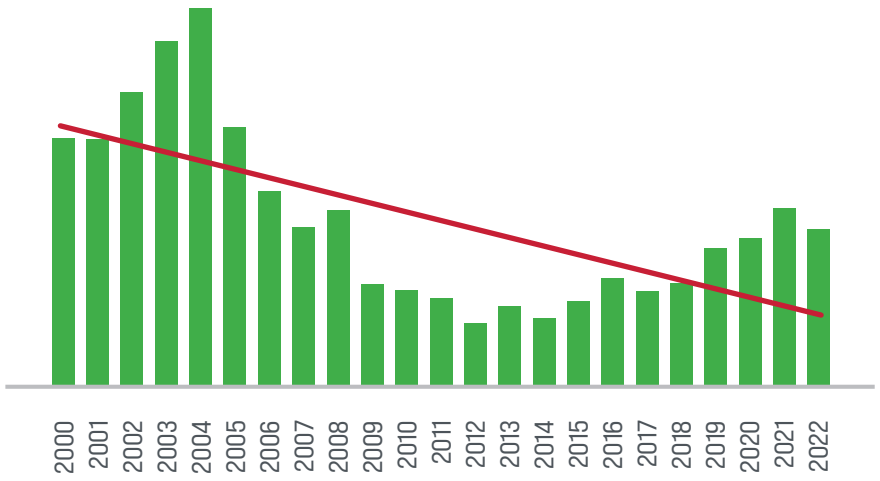
  No ABC+ (2020-2030), a meta é recuperar 30 milhões de hectares de pastagens até 2030, com potencial de mitigação de até 113,7 milhões de Mg CO2eq.

Mais informações:

www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono

DESMATAMENTO

Desmatamento da Amazônia (1.000 hectares por ano)



Fonte: Athenagro, Prodes/Inpe

Prodes

O projeto Prodes realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal.

Mais informações:
www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes

terrabrasilis.dpi.inpe.br

A partir de 2004, uma série de ações públicas e privadas contribuíram para a queda do desmatamento na Amazônia. A principal política pública que conseguiu alavancar este resultado foi o **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM**.

Entre as ações privadas, destacam-se a Moratória da Soja de 2006 e os acordos firmados pela indústria frigorífica com o Ministério Público Federal a partir de 2009, os chamados Acordos da Carne.

PPCDAM

Criado em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) foi o principal responsável pela queda de 83% do desmatamento até 2012, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). As iniciativas do plano mantiveram o desmatamento abaixo de 8 mil km² até 2018.

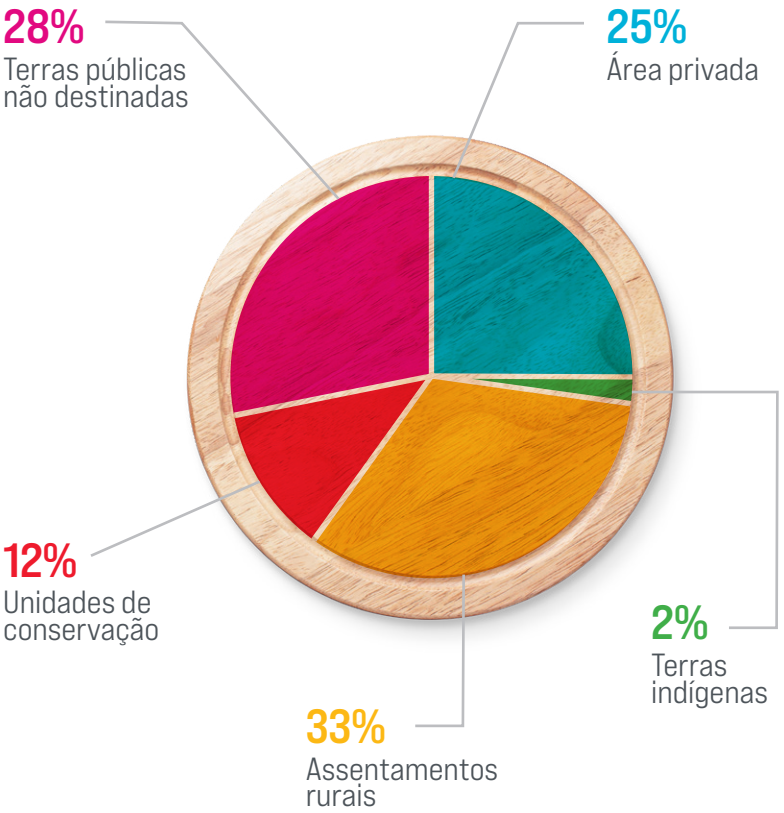
A 5ª fase do plano, relançado em 2023, estabelece a meta de desmatamento zero até 2030. Foi estruturado em 4 eixos temáticos: atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos e econômicos voltados à redução do desmatamento e à efetivação das ações abrangidas pelos demais eixos.

Mais informações:

www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/amazonia-ppcdam-1

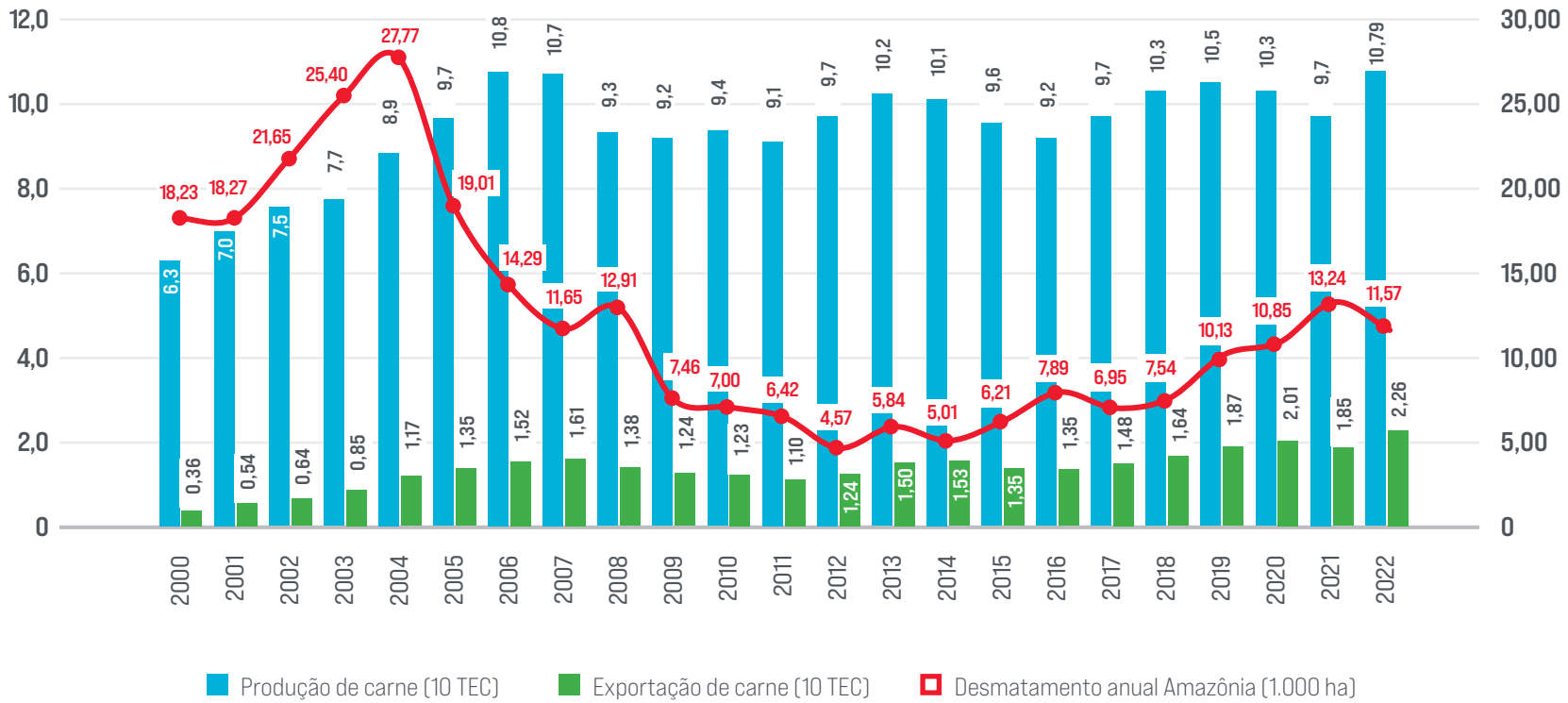
À diferença de um processo histórico de ocupação do território, o desmatamento que ocorre na região amazônica hoje é predominantemente ilegal. Em 2022, cerca de 75% deste desmatamento ocorreu em áreas públicas, e apenas 25% em áreas privadas. Em sua grande maioria, **os novos desmatamentos convertem florestas em pastos, e a pecuária é usada como uma forma de garantir a ocupação destas terras**, o que cria um grande desafio para uma cadeia produtiva sustentável.

Desmatamento na Amazônia por categoria de uso da terra



Fonte: PPDCAM 2023-2027

Desmatamento x produção e exportação de carne bovina



Fonte: Athenagro, Agroconsult data, Agrosatélite, IBGE, Inpe/Terraclass, Lapig, Prodes, Rally da Pecuária, Map Biomas/Comexstat/ABIEC

A conclusão é que a correlação entre esses dois processos é muito baixa. O **Brasil não produz ou exporta mais carne porque o desmatamento aumenta, e nem menos quando o desmatamento diminui.**

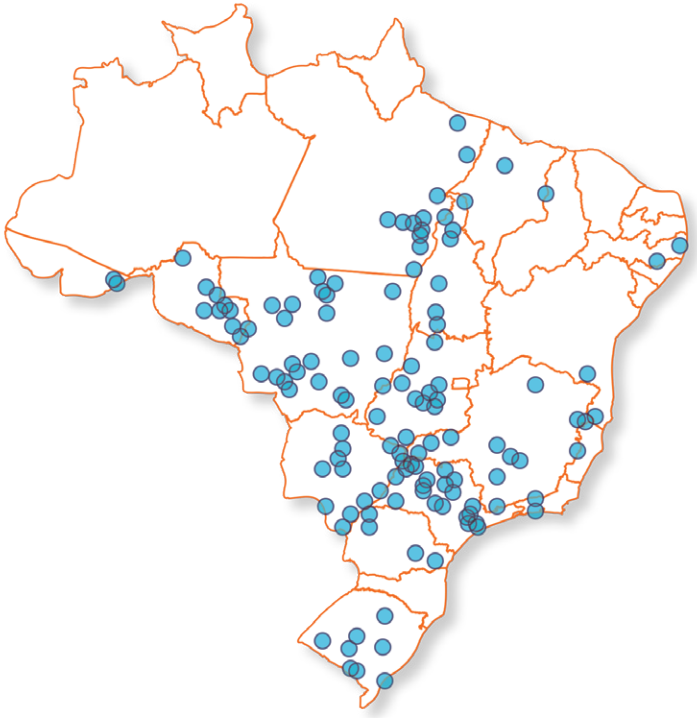
A luta contra o desmatamento ilegal depende de ações públicas e privadas que possam inibir a ocupação ilegal de terras e evitar a contaminação da cadeia com esta matéria prima oriunda dessa ocupação ilegal.

Segundo o estudo *The rotten apples of Brazil's agribusiness*, um pequeno número de propriedades com irregularidades tem o potencial para contaminar uma parte expressiva da cadeia da pecuária. Segundo o estudo, 2% das propriedades são responsáveis potencialmente por 62% do desmatamento da Amazônia e do Cerrado. Ao mesmo tempo em que é preciso eliminar a ilegalidade na cadeia produtiva, é preciso criar caminhos para a regularização de uma grande parte de produtores com inconformidades, mas que tem possibilidade de regularização através da reparação de danos ambientais. Também é um dever do setor público acelerar a regularização destes produtores.

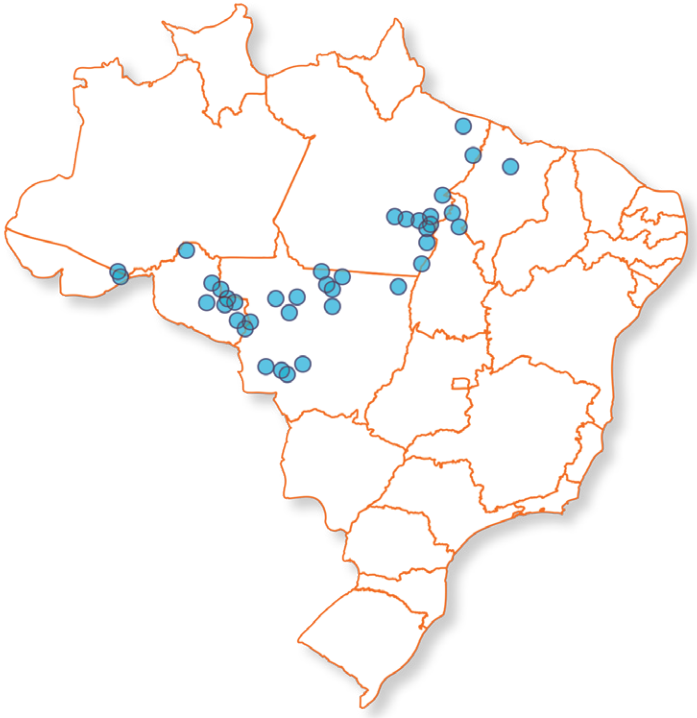
AÇÕES DO SETOR

Desde 2009, nossas indústrias associadas na Amazônia assumiram compromissos públicos para monitorar critérios socioambientais em seus fornecedores diretos. Estes critérios foram definidos em conjunto com o Ministério Público Federal, e posteriormente unificados em um protocolo conhecido como Boi na Linha.

O mapa abaixo mostra a localização de nossas indústrias no território brasileiro



SIFs dos associados da ABIEC no território brasileiro



SIFs dos associados da ABIEC no bioma Amazônia

Fonte: ABIEC

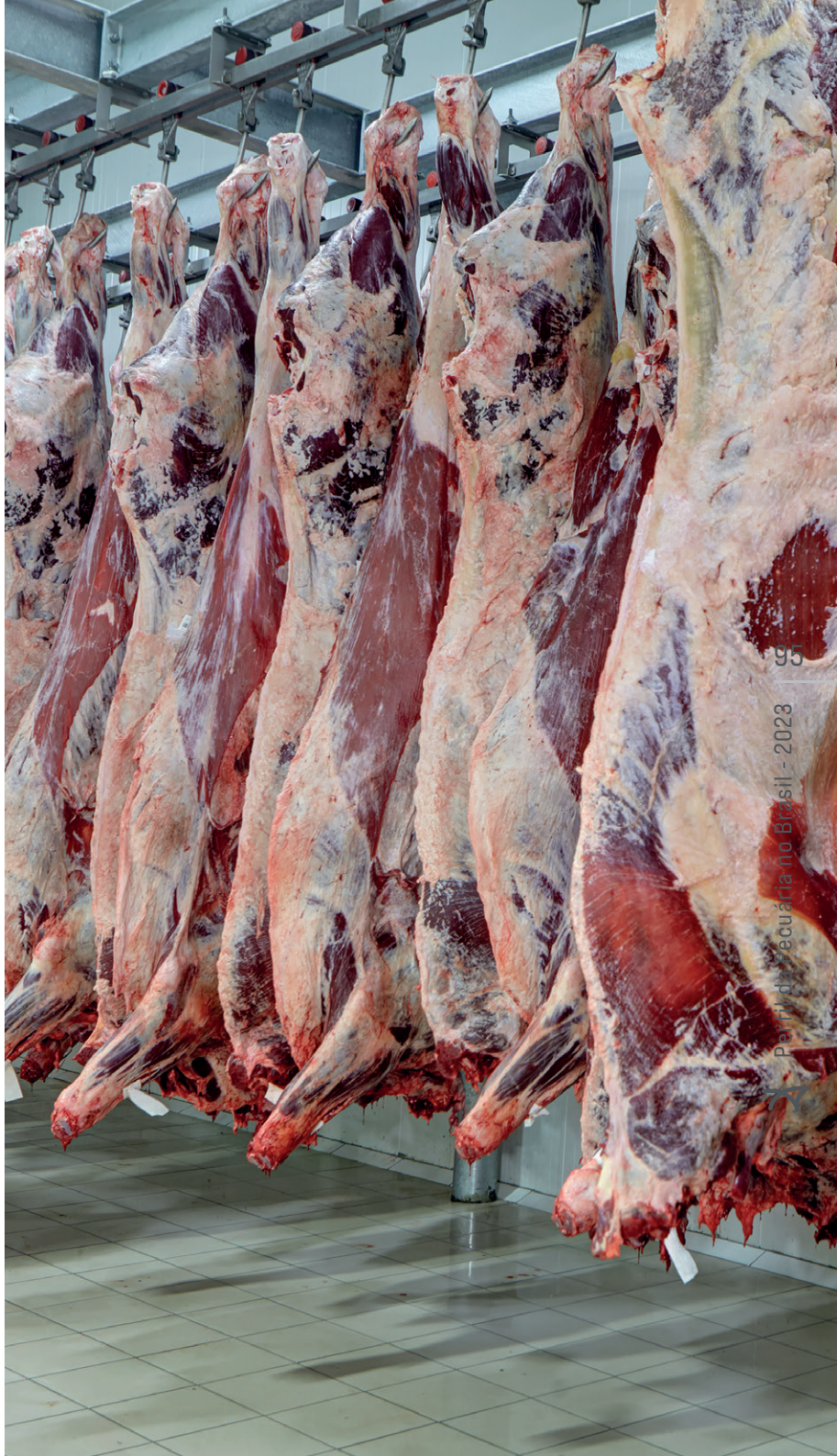
Hoje, as indústrias associadas à ABIEC representam:

84% **dos abates SIF na Amazônia**

94% **do abate total de associados do bioma Amazônico declaram Política de Compra de Gado**

87% **do abate total dos associados no bioma Amazônia aplicam todos os critérios do Boi na Linha**

Através de um acordo de cooperação com o Imaflora, organização não governamental responsável pelo desenvolvimento do Boi na Linha, a ABIEC está implementando um plano de desenvolvimento em sustentabilidade que consiste na aplicação de um critério base para todos os associados. Com isso, pretendemos, até o final de 2024, ter 100% dos abates monitorados na Amazônia.



Boi na Linha

Criada em 2019 por iniciativa do Imaflora, em parceria com o Ministério Público Federal, o Boi na Linha reconhece a complexidade do setor e busca acelerar a implementação dos compromissos assumidos pela cadeia bovina na Amazônia e incentivar uma cadeia livre de irregularidades socioambientais.

O caminho do gado criado em milhões de fazendas brasileiras até a chegada da carne na mesa do consumidor envolve uma extensa cadeia produtiva. Neste caminho, os compromissos da cadeia da carne bovina são centrais.

Com suas iniciativas, o Boi na Linha busca colocar na mesma página produtores de gado, frigoríficos, supermercados, investidores, atores públicos e organizações da sociedade civil. O objetivo do centro é promover boas práticas por meio de monitoramento, auditoria e relatórios de processos e ferramentas, aumentando a transparência na busca de uma cadeia bovina livre de desmatamento, trabalho escravo ou invasão de terras públicas.

O programa também colabora com a produção e compartilhamento de conhecimento técnico, com a finalidade de estimular a criação de políticas e procedimentos para uma pecuária responsável.

Entre os critérios estabelecidos pelo Protocolo do Boi na Linha e monitorados pelos frigoríficos estão:

- **Desmatamento ilegal**
- **Sobreposição com unidades de conservação e terras indígenas**
- **Embargos ambientais**
- **Cadastro Ambiental Rural**
- **Trabalho análogo à escravidão**

Mais informações:
www.boinalinha.org

RASTREABILIDADE

O Brasil tem um **sistema de rastreabilidade animal** baseado no controle da movimentação de grupos de animais. Esta rastreabilidade **integra o sistema brasileiro de defesa agropecuária, para fins de controle sanitário**. É este sistema que permite que o Brasil acesse mais de 150 mercados em todo o mundo. O mercado da União Europeia é um mercado acessado pelo Brasil que exige a rastreabilidade individual, mas apenas 90 dias antes do abate. A exigência também foi motivada para maior controle sanitário.

As bases de dados que contém as informações de trânsito de animais pertencem aos órgãos de defesa agropecuária de cada estado da Federação, mas não são de acesso público, e **não são ferramentas construídas para fins de controle socioambiental**.

Estender o controle socioambiental feito pela indústria a toda a cadeia produtiva depende, portanto, de um aprimoramento dos sistemas de rastreabilidade já existentes. Isso implica em ampliar a transparência sobre os dados, bem como a integração de dados de trânsito com informações ambientais como o cadastro ambiental rural.

A ABIEC está em diálogo constante com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para aprimorar as ferramentas existentes.

FÓRUNS

Diversos fóruns e iniciativas multisetoriais empenham-se na construção de propostas para a melhoria contínua da produção pecuária e para superar os desafios que o Brasil enfrenta na redução do desmatamento e conciliação da produção, conservação e inclusão socioprodutiva.

A ABIEC hoje é protagonista nestas iniciativas e contribui ativamente na busca de soluções que possam garantir a produção sustentável.

Além disso, estabelecemos acordos técnicos com organizações como o IMAFLORA e o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil para fortalecer nossas iniciativas e garantir a implementação de boas práticas em nossa cadeia produtiva.

Entre os principais movimentos dos quais fazemos parte estão:

- Coalizão Clima, Florestas e Agricultura
  coalizaobr.com.br
- Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável
  pecuariasustentavel.org.br
- Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
  inpacto.org.br
- A ABIEC ainda é membro da Global Roundtable for Sustainable Beef
  grsbeef.org

Realização

Brazilian Beef

abiec

Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
Brazilian Beef Exporters Association

Promoção

apexBrasil

abiec@abiec.com.br

Escritório São Paulo - SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1912
14º andar | Conjunto J | CEP 01451 - 000
São Paulo - SP | +55 11 3531 7888

Escritório Brasília - DF
SGAN 601, Bloco H
Sala 25, SS1 - Ed. Ion | CEP 70830 - 010
Brasília - DF | +55 61 3772 6530